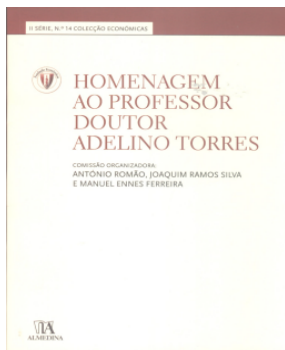


# Problemas do Desenvolvimento

## (Esboço de algumas linhas teóricas)<sup>1</sup>

Adelino Torres



### *Em homenagem a Alfredo Margarido*

A “*economia do desenvolvimento*”, que se integra no “*Development Studies*”, é um ramo particular da ciência económica mas também uma disciplina cuja identidade própria teve alguma dificuldade em afirmar-se desde o seu nascimento, no período subsequente à 2ª Guerra Mundial quando a visão colonial dos países ocidentais sofreu as primeiras alterações<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> **NOTA:** Este texto corresponde a algumas das suas grandes linhas, à “*lição*” de jubileu que apresentei resumidamente em público no anfiteatro principal do ISEG em 20 de Outubro de 2009. Em princípio estava previsto que as intervenções desse dia seriam incluídas numa publicação separada onde figuraria este trabalho. Por razões técnicas isso não parece ter sido possível, tendo sido reunidas pelos organizadores, num único livro, essas participações conjuntamente com as comunicações científicas posteriormente apresentadas.

Aos oradores que participaram na mesa e entrevistaram na sessão do jubileu, deixo-lhes aqui o meu profundo agradecimento pela honra concedida: Sr Vice-Reitor da UTL, Prof. Vítor da Conceição Gonçalves, em representação do Sr. Reitor da UTL, Prof Fernando Ramôa Ribeiro; Prof. João Duque (Presidente do ISEG); Prof. Adriano Moreira (Presidente da Academia das Ciências de Lisboa e membro do Conselho Geral da UTL); Prof. José Carlos Venâncio (UBI, Covilhã); Prof. Manuel Ennes Ferreira (ISEG); Prof. António Romão (ISEG); Prof. Joaquim Ramos Silva (ISEG).

Estendo estas palavras à Comissão que tomou a iniciativa de organizar a jornada do dia 20 de Outubro assumindo também a coordenação deste livro: professores Manuel Ennes Ferreira, António Romão e Joaquim Ramos Silva cuja generosidade e amizade foram inextinguíveis. Agradeço igualmente a todos os amigos, colegas e antigos estudantes da minha Escola (ISEG), do ISCTE, da Universidade Lusófona de Lisboa, ou provenientes de outras universidades portuguesas (U. Lusófona do Porto, U. de Aveiro, U. da Covilhã-UBI e U. de Évora) e de universidades estrangeiras (França, Angola, Canadá, Grã-Bretanha, Marrocos, Espanha) que me deram a honra de participarem neste livro. A todos manifesto sincera gratidão..

<sup>2</sup> David Alexander Clark, *The Elgar Companion to Development*, Cheltenham, 2006. Algumas ideias aqui expressas foram inspiradas por esta obra.

Se hoje a economia do desenvolvimento (ED) é uma área de investigação e de ensino em plena expansão, tal resulta de contribuições de disciplinas diferentes que adunam metodologias eventualmente diversas e trabalho sobre diferentes regiões<sup>3</sup>. Essa convergência multidisciplinar e interdisciplinar<sup>4</sup> que constitui a força e a originalidade da ED – mas também a sua dificuldade<sup>5</sup> - resulta, em parte, da tentativa de resposta à complexidade crescente do mundo actual (Edgar Morin), o que não deixa de dificultar a afirmação de uma identidade própria enquanto disciplina académica, até porque as visões *especializadas* resultam necessariamente de disciplinas singulares tais como a Economia, a Sociologia, a Antropologia<sup>6</sup>, a Política<sup>7</sup>, a Demografia e até mesmo a Filosofia<sup>8</sup> (em certos aspectos, como afirma Karl Popper, os critérios metodológicos que separam o que é *científico* do que é *não científico* passam pelos chamados “*critérios de demarcação*” e pelo “*falsificacionismo*” que são os mesmos nas ciências naturais e nas ciências sociais). É inevitável que cada uma dessas orientações introduza perspectivas novas inseridas numa teia de complexidades<sup>9</sup>.

<sup>3</sup> Vd Gilbert Étienne, *Repenser le développement*, Paris, Armand Colin, 2009.

<sup>4</sup> Vd por exemplo, Philippe Hugon, *Economia de África*, trad. port., Lisboa, Vulgata, 1999 ; mais recentemente, o importante Philippe Hugon et Pierra Salama (Sous la direction de), *Les Suds dans la crise*, n° especial da *Revue Tiers Monde*, Hors Série, Paris, 2010. E ainda Albert O. Hirschman, *L'économie comme science morale et politique*, Paris, Gallimard, 1984. ou Albert O. Hirschman, *As paixões e os interesses*, trad. port., Lisboa, Bizâncio, 1997.

<sup>5</sup> Vd por exemplo Herbert Simon, *A razão nas coisas humanas*, Lisboa, Gradiva, 1989, ou Herbert Simon, *Sciences des systèmes, sciences de l'artificiel*, Paris, Dunod, 1991.

<sup>6</sup> Vd. Alberto Arce and Norman Long, *Anthropology, Development and Modernities*, Londres, Routledge, 2000-

<sup>7</sup> Vd por exemplo, entre muitos outros, Pierre Berthaud et Gérard Kébabdjian (Sous la direction de), *La question politique en économie internationale*, Paris, La Découverte, 2006.

<sup>8</sup> Alguns exemplos de obras sobre história da filosofia no continente africano: Hubert Mono Ndjana, *Histoire de la philosophie africaine*, Paris, Harmattan, 2009; Lee M. Brown (Ed. by), *African Philosophy – New and Traditional Perspectives*, Oxford, 2004; Mamoussé Diagne, *De la philosophie et des philosophes en Afrique Noire*, Paris, Karthala, 2006.

<sup>9</sup> Sobre o falsificacionismo popperiano, o professor Hermínio Martins da Universidade de Oxford e meu estimado amigo, comenta em carta particular: “Não sei se o falsificacionismo popperiano é tão aplicável nas ciências com o é, *prima facie*, nas ciências naturais (e mesmo ainda há problemas sérios, como a falta de testes para a *Teoria das Supercordas*, que levou certos físicos a uma grande irritação com Popper). Não é nada fácil testar teorias como a *Teoria da Dependência*, o que impeliu certos defensores a escolher o modelo lakatosiano dos programas de pesquisa científica, mais flexível, mais diacrónico. Mas a exigência de criticabilidade que subsume não coincide plenamente com a noção de falsificabilidade empírica, é absolutamente fundamental. Mais, de facto, para as ciências sociais do que para as ciências naturais, de certo modo. A aplicação da falsificabilidade em geral não é simples, mas a exigência pode ser salutar, e um incentivo à apresentação mais defensável de um modelo, hipótese, teoria ou programa. Cf. Hermínio Martins, correspondência particular com o signatário.

Numa primeira fase os estudos do desenvolvimento<sup>10</sup> resultaram dos esforços realizados nos anos 1940-50 com vista à reconstrução da Europa. Nos períodos seguintes até à actualidade a noção de “desenvolvimento” foi interpretada diferentemente, podendo mesmo falar-se de crises de paradigmas (Kuhn) até certo ponto incomensuráveis, em parte devido ao primado do método sobre os conteúdos. Com efeito, se os conteúdos fossem dados e a realidade sempre a mesma, a teoria seria uma e a sua história uniforme. Mas nesse caso ficaria isolada e imóvel como a corrida da Rainha Vermelha em *Alice no país das maravilhas* onde se corre para ficar parado, como lembrou recentemente Martin Wolf<sup>11</sup>. Ora a experiência mostra o contrário. As afirmações de eternidade não valem nada face à diversidade do movimento. Por isso o conceito de “desenvolvimento” não se conforma com axiomáticas dominantes num determinado período da história e tem evoluído no tempo apesar de algumas vicissitudes.

Mas, como escreveu Bergson, “*com o uso, as ideias valorizam-se indevidamente*”. Por outras palavras, mais cedo ou mais tarde certos raciocínios que foram fecundos no seu tempo acabam por ser tomados como evidências e aplicados de maneira descontextualizada. Foi o que aconteceu com a transposição de mecanismos do crescimento (que tinham sido adequados à situação europeia depois da 2ª guerra mundial, durante o Plano Marshall), para as novas nações africanas nos anos 50-60 do século XX, sem muitas vezes atender à discrepância histórica e conceptual entre “*desenvolvimento*” e “*subdesenvolvimento*”. A utilização do conceito, algo rústico, de *homo oeconomicus* é apenas um exemplo.

Tais noções, quando aplicadas inadequadamente, transformaram-se em verdadeiros “*obstáculos epistemológicos*” no sentido bachelardiano. Muitas ideias, instrumentos e métodos foram transferidos para fora da Europa no estudo e construção das novas sociedades africanas independentes. Na época estiveram incluídos nessa corrente de entusiasmo autores notáveis e influentes como Ragnar Nurkse, Arthur Lewis ou Walter Rostow. Em Portugal, nos anos 60 podem ser destacados trabalhos de Jacinto Nunes, de Francisco Pereira de Moura e de Alfredo de Sousa<sup>12</sup>. Este último

---

<sup>10</sup> Vd António Manuel Figueiredo e Carlos S. Costa, *Do Subdesenvolvimento – Vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito*, Porto, Afrontamento, 2 vols 1982 e 1986; Paul Bairoch, *Le Tiers Monde dans l'impasse*, Paris, Gallimard, 1971.

<sup>11</sup> Martin Wolf, “Stopper la machine infernale”, *Le Monde* (Paris), 27 de Abril de 2010.

<sup>12</sup> Alfredo de Sousa, *Economia e sociedade em África*, Lisboa, Moraes, 1965.

consagrou mesmo a sua tese de doutoramento à economia africana, tese de mérito cujo valor ainda não foi devidamente apreciado.

Na Europa, as contribuições dos diversos autores concentraram-se então nas temáticas do crescimento, da acumulação do capital, nas mudanças estruturais das economias, nas transferências de tecnologia ou no comércio internacional, sem esquecer as ideologias que tinham como pano de fundo a “guerra fria”. Não obstante, para a maioria dos economistas o conceito de “desenvolvimento” era, fundamentalmente, “crescimento económico”. Surpreendentemente, nem mesmo Schumpeter escapou a esta tendência<sup>13</sup>

Num período seguinte, e na medida em que, como observou Diogo Pires Aurélio, “o real reduz-se (...) à interrogação que na linguagem lhe fazemos”<sup>14</sup>, outros cientistas sociais introduziram diferentes parâmetros de análise que iam além da Economia *stricto sensu*<sup>15</sup>, completando-a com estudos sociais, políticos e mesmo, por vezes, em psicologia em torno do objecto da “modernização”, como foi o caso de J.M. Keynes, Talcott Parsons, D. Lerner e D. McClelland e agora George Akerlof. Os franceses René Gendarme, François Perroux, Jacques Austruy, entre outros, não se identificaram porém com a esta última tendência..

Em geral, a maioria das teorias dominantes encarava o desenvolvimento do então chamado “Terceiro Mundo” como um esforço de transformação de valores, atitudes e normas do poder tradicional à luz de um quadro de referência “*ocidentalocêntrico*” visto unilateralmente como moderno e progressista<sup>16</sup>.

O enquadramento dos poderes *tradicionais* e da *tradição* nos países do Sul era apreciado negativamente com poucas excepções como a de Karl Popper<sup>17</sup> que equacionou a questão da “*tradição*” em moldes filosóficos mais tolerantes e mais

<sup>13</sup> Vd Schumpeter, *A teoria do desenvolvimento económico*, S. Paulo, Nova Cultural, 1988. E eventualmente Jean-José Quiles, *Schumpeter et l'évolution économique*, Paris, Nathan, 1997.

<sup>14</sup> Cf. Diogo Pires Aurélio, *O próprio dizer*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984, p. 22.

<sup>15</sup> John Toye, *Dilemmas of Development*, Londres, Blackwell, 2e ed. 1993.

<sup>16</sup> Creio, no entanto, que Peter T. Bauer, escapa em grande medida a esta regra. A sua experiência de África, a amplidão dos conhecimentos e o realismo deste autor dão-lhe um lugar especial no panorama da literatura sobre o desenvolvimento económico. Ver em especial: Peter T. Bauer and B.S. Yamey, *The Economics of Under-Developed Countries*, (1957) Cambridge, 1963.

<sup>17</sup> Em particular em “Rumo a uma teoria racional da tradição” in *Conjecturas e refutações*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1972, pp. 147 sgs. Na versão portuguesa este capítulo está traduzido com o título “Avançando como uma teoria racional da tradição” in K. Popper, *Conjecturas e refutações*, Lisboa, Almedina, pp 169 sgs.

justos. O avolumar das preocupações individualistas<sup>18</sup> e o aparecimento de novas classes empresariais nos “países em desenvolvimento” (PED)<sup>19</sup> nos anos posteriores, foram encarados como traços característicos de uma cultura de modernização julgada indispensável ao crescimento económico e à mudança estrutural. Esta visão, de raiz etnocêntrica, ainda subsiste apesar da mundialização, e está por vezes na origem de certas contradições entre o *local* e o *global*.<sup>20</sup>

Também houve controvérsia entre as teorias do “*crescimento equilibrado*” (Ragnar Nurkse<sup>21</sup>, Rosenstein-Rodan) e o “*crescimento em desequilíbrio*” que, nos anos 50-60 fez correr rios de tinta, como se costuma dizer, até à tese pioneira de Albert O. Hirschman<sup>22</sup> que demonstrou que a visão do crescimento “*em desequilíbrio*” era a mais coerente e realista. A polémica está há muito ultrapassada, salvo nas elucubrações meramente formais de alguns. Retrospectivamente, parece até surpreendente que a tese do “*crescimento equilibrado*” assente no modelo walrasiano,<sup>23</sup> retomado mais tarde por

---

<sup>18</sup> Vd. eventualmente Miguel Benasayag, *Le mythe de l'individu*, Paris, La Découverte, 1998. Não é sem interesse notar que este livro foi objecto de uma crítica implacável de Jean-François Revel em *La grande Parade*, Paris, Plon, 2000. pág. 124.

<sup>19</sup> Convém recordar que a terminologia genérica de “Países em Desenvolvimento” em vez de “Países Subdesenvolvidos” é mais diplomática do que científica...

<sup>20</sup> L. Beneria and S. Bisnath (Ed. by), *Global Tensions*, Londres, Routledge, 2004

<sup>21</sup> Ragnar Nurkse, *Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados* (1953), México, 1955.

<sup>22</sup> Albert O. Hirschman, *Stratégie du développement économique* (1958), Paris, Éd. Ouvrières, 1964.

<sup>23</sup> A obra de Léon Walras, tal como aliás a de Keynes, foi sujeita a interpretações parcelas, senão parciais e redutoras, que esquecem que ao lado dos *Éléments d'Économie Politique pure* (com um subtítulo revelador: “*ou théorie de la richesse sociale*”) também escreveu um outro livro importante: *Études d'Économie Sociale - Théorie de la répartition de la richesse sociale*, Paris, Économica, 1990. E ele não separava um do outro, ao contrário de muitos dos seus seguidores. Por último, talvez não seja inútil recordar que Walras era socialista... Quanto à obra de Keynes, reservo para outro trabalho, já em curso, o estudo sobre a actualidade deste autor, muito citado mas, pelos vistos, pouco lido se atendermos ao reducionismo simplista com que se tem falado quase unicamente do carácter inflacionista e “ultrapassado” das medidas que preconizou. Falar assim abreviadamente de um autor que não apenas se notabilizou na ciência económica ( *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*) mas que foi igualmente um intelectual importante na economia internacional com a sua participação na criação dos acordos de Bretton Woods e os seus escritos nesta área (*As consequências económicas da paz* e outros estudos, alguns agora em português em J.M. Keynes, *A grande crise e outros textos*, Lisboa, Relógio d'Água, 2009), na filosofia (*A Treatise on Probability*), nos problemas monetários (*Treatise on Money*), na arte ou na ciência política, é revelador da ignorância daqueles que o dizem ter lido...

Quanto à aplicação, mais sensível, das suas ideias ao desenvolvimento, há efectivamente matéria para uma discussão até este momento apenas embrionária. Relembro no entanto que o saudoso amigo Sir Hans W. Singer, aquando da sua visita ao ISEG para receber o grau de *Doutor Honoris Causa* da Universidade Técnica de Lisboa, autorizou generosamente a publicação de um seu trabalho inédito intitulado: *How Relevant is Keynesianism for Understanding Problems of Development?*, texto de grande clareza e finura, que foi publicado pelo mestrado em “Desenvolvimento e Cooperação Internacional”, na sua colecção «Textos de Apoio DCI», nº 21, 2ª ed. 1995.

Kenneth Arrow e Gérard Debreu<sup>24</sup> tenha assumido uma importância aparentemente tão desproporcionada. Bem entendido a preocupação teórica com o “equilíbrio geral” continua a ser uma questão relevante (o que é compreensível). Porém, quando ela se apresenta em certos casos como quase uma “obsessão”, isso já parece menos curial.

Recentemente J. Stiglitz propunha que o objectivo do preço de equilíbrio “natural” não seja mais considerado como um dogma absoluto e preconizava substituí-lo pela noção de equilíbrio “a prazo”, concebendo instrumentos de gestão das “*distorções persistentes*” dos preços de certos activos. Do mesmo modo, Roman Frydman, mais radical, estima que, na medida em que o preço de equilíbrio não existe, os bancos centrais<sup>25</sup> deverão dedicar-se a controlar de maneira oportunista os excessos “positivos” (as bolhas) ou “negativos” (os *krachs*), porque é impossível manter os objectivos anunciados previamente, como o demonstrou o exemplo da Grécia e da zona euro: “Os meios financeiros dos Estados serão sempre inferiores aos dos mercados”<sup>26</sup>

Não seria exagerado dizer que são implícitos os indícios dessa obsessiva preocupação do “equilíbrio” na obrigatoriedade, por exemplo, dos países da União Europeia não ultrapassarem um défice de 3 % do PIB (ninguém sabe explicar qual é o critério *científico* que determina esses 3 % em vez de 4 %, por exemplo) e, o que é ainda mais curioso, que se aponte para que, no futuro, esse défice atinja os 0 %! E ainda há quem diga que a metafísica está morta...

Jacques Austruy já observava, nos anos 60, que as análises “*em equilíbrio*” negligenciam, “por definição, os problemas estruturais levam a esquecer que as grandezas que isolam só têm significado para o crescimento e, por maioria de razão, para o desenvolvimento, *apenas num certo contexto que lhes dá uma eficiência*. E é esse contexto favorável que é o objecto essencial da análise do desenvolvimento”. E mais adiante: “O método dos modelos de crescimento equilibrado sofre, sem dúvida, das dificuldades suscitadas pela tradução do contínuo heterogéneo da realidade em contínuo homogéneo”<sup>27</sup>.

Schumpeter também não andava longe desse pressuposto quando procurava distinguir a teoria económica tradicional que se ocupava dos movimentos tendentes para o *equilíbrio*, da sua própria preocupação por um desenvolvimento económico concebido

---

<sup>24</sup> Cf. Joseph Stiglitz, *Freefall – Free Markets and the Sinking of the Global Economy*, Londres, Allen Lane, 2010, p. 243.

<sup>25</sup> Vd. CASS Business School, “What do banks do, what should they do and what public policies are needed to ensure best results for the real economy?”, in [www.fsa.gov.uk](http://www.fsa.gov.uk)

<sup>26</sup> Cf. *Le Monde* (Paris), 27 de Abril de 2010.

<sup>27</sup> Jacques Austruy, *Le scandale du développement*, Paris, Marcel Rivière, 1968. Itálico no original.

como “perturbação do equilíbrio (...) espontâneo e descontínuo, que modifica e desloca definitivamente o estado de equilíbrio que existia antes”<sup>28</sup>.

Algumas das teorias dos anos 50-60 do século XX foram por vezes severamente apreciadas pelo seu carácter teleológico e por assimilarem modernização e ocidentalização não clarificando, na teoria e na prática, a distinção entre os dois conceitos ou ainda por encararem o desenvolvimento como um processo linear de etapas sucessivas que, nos PED, reproduziam mecanicamente uma evolução à imagem da que tivera lugar nos países ocidentais como se de uma finalidade escatológica se tratasse. Foi o caso de W.W. Rostow nos anos 1960 com o seu tão famoso quanto violentamente criticado livro *As etapas do crescimento económico*. As críticas à sua obra tinham justificação mas, como Jacques Freyssinet admite no seu já clássico livro sobre as teorias do subdesenvolvimento<sup>29</sup>, elas foram, na época, excessivas, ao não reconhecerem méritos ao trabalho de W.W. Rostow cuja ambição “era apresentar uma teoria global do crescimento enunciada em termos económicos, mas incluindo no seu campo de análise o conjunto dos fenómenos sociais” (Freyssinet).

Outra preocupação válida de Rostow era o papel de destaque que outorgava à agricultura numa altura em que estava na moda considerar esta como um factor negligenciável no desenvolvimento dos PED<sup>30</sup>, atribuindo principalmente, ou quase unicamente, às “estratégias de industrialização” essa função. W. Rostow escreveu outras obras, revelando que se tratava de um autor com mais importância e qualidade do que aquela que lhe foi atribuído em certos meios políticos e económicos fora dos EUA<sup>31</sup>. Também o debate sobre “modernização *versus* ocidentalização”, foi outra temática frequentemente debatida entre especialistas e ainda hoje ocupa um lugar – quiçá exagerado – nas preocupações dos intelectuais do chamado “Terceiro Mundo”.

É claro que a questão não deixa de ter interesse, mas este reside mais no conceito de “modernização” do que no termo ambíguo de “ocidentalização” ou na pretendida incompatibilidade entre ambos. Basta lembrar que os japoneses da era

<sup>28</sup> J. Schumpeter, *Théorie de l'évolution économique*, (1911), Paris, Dalloz, 2ª ed. 1999.

<sup>29</sup> Cf. Jacques Freyssinet, *Le concept de sous-développement*, Paris, Mouton, 1966

<sup>30</sup> Em 1981 o conhecido *Relatório Berg*, do Banco Mundial, dirigido pelo professor Elliot Berg, retomou esta questão com oportunidade, no seguimento do Plano de Acção de Lagos, mas foi pouco escutado pelos dirigentes africanos e criticado – com razões discutíveis, aliás – por Samir Amin na revista *Afrique et Développement* (Dakar). Se o *Relatório Berg* é considerado como sendo o “pai” dos programas de ajustamento estrutural (PAE) subsequentes, essa assimilação é em grande parte injusta. Este *Relatório* tinha uma visão muitíssimo mais abrangente e realista e, de certo modo, até “humanista”, que os polémicos PAE parecem ter ignorado nos anos seguintes.

<sup>31</sup> Por exemplo entre as suas obras importantes: W.W. Rostow, *Theorists of Economic Growth from David Hume to the Present – With a Perspective on the Next Century*, Oxford, 1990.

Meiji provaram ser possível uma *modernização* (militar, económica, científica e cultural) sem assumir em profundidade a *ocidentalização*, ao passo que os turcos no primeiro quartel do século XX (Mustapha Kemal) no contexto ainda mais difícil da cultura muçulmana, identificaram *modernização* e *ocidentalização* e optaram por essa convergência, levando a cabo, apesar disso ou por isso mesmo, reformas profundamente revolucionárias que, a despeito de hoje estarem quase esquecidas, foram entre as mais significativas da Europa dos anos 1920.

Uma outra faceta do “desenvolvimento”. é o seu objecto.<sup>32</sup> Depois da 2ª guerra mundial este foi visto como o estudo dos “países subdesenvolvidos” em dois planos. No plano “*interno*”, sobretudo depois das independências, o desenvolvimento era tomado quase como se os PED estivessem isolados do contexto internacional<sup>33</sup>, sendo o modelo de desenvolvimento prioritariamente ligado a medidas tomadas internamente a nível nacional. No plano “*externo*” muitos economistas liberais apenas viam o desenvolvimento dos PED como só podendo resultar da abertura sem condições dos seus mercados à economia mundial.

No primeiro caso os dirigentes africanos, formados nas universidades ocidentais, também adoptaram, surpreendentemente, pontos de vista etnocêntricos, inteiramente desfasados das realidades locais, como foi a ideia um pouco absurda segundo a qual os camponeses africanos não seriam sensíveis às variações dos preços e permitiriam, sem reagir, que os governos bloqueassem ou baixassem indiscriminadamente os preços pagos aos produtos agrícolas, axioma que até um ex-governador colonial português (Norton de Matos) já tinha desmentido com lucidez em 1944! O estrangulamento dos preços dos produtos agrícolas para favorecer uma industrialização, por vezes mal pensada ou mesmo insensata, provocou apenas a diminuição da produção (os camponeses, num exercício de perfeita racionalidade económica, recusavam-se a produzir abaixo de um determinado preço) incentivando o abandono da agricultura e o êxodo rural que é hoje uma das chagas dos grandes centros urbanos africanos. O calamitoso preconceito ideológico na URSS estalinista contra o “espírito individualista” do camponês e que, por via de consequência, agravou o preconceito contra a agricultura, acabou por ter repercussões nas políticas económicas postas em prática nos países independentes do “Terceiro Mundo”, nomeadamente em África...

---

<sup>32</sup> Arturo Escobar, *Encountering Development – The Making and Unmaking or the Third World*, Princeton, Princeton University Press, 1995.

<sup>33</sup> Stéphane Paquin, *La nouvelle économie politique internationale*, Paris, Armand Colin, 2008.



No segundo caso, a abertura ao exterior como único critério de desenvolvimento traduziu-se, por exemplo, pela implantação dos *Programas de Ajustamento Estrutural* (PAE) a partir dos anos 1980 sob a égide do *Consenso de Washington*<sup>34</sup>. Até certo ponto a iniciativa era evidentemente necessária, mas os PAE foram aplicados de maneira dogmática e redutora, quase sempre sem atender ao factor social, geralmente com efeitos muito mais negativos do que positivos.

Por outro lado, a febril ideologia nacionalista pós-colonial e as políticas económicas que tinham em atenção exclusivamente a substituição das importações<sup>35</sup> (como um fim em si e não como um meio), ou as nacionalizações mais ou menos populistas, resultavam também de uma percepção ideologicamente distorcida da realidade, que quase todos os dirigentes políticos africanos partilhavam, levando os seus países a dificultar os investimentos internacionais, ou a recusar mesmo, por vezes, a implantação de firmas estrangeiras encaradas como “instrumentos do imperialismo”<sup>36</sup>, atitudes que decorriam de velhas teorias revolucionárias do princípio do século XX (Lénine, Rosa Luxembourg, N. Bukharine<sup>37</sup> e outros).

Como se disse acima, só após meados dos anos 1980 se impôs a ideia (que também acabou, aliás, por ter interpretações abusivas) de que a abertura à economia mundial não era necessariamente incompatível com o desenvolvimento interno e não apresentava apenas inconvenientes, apesar dos imenso desafios que a caracterizam.

Hoje, em tempos de “globalização”, é por de mais evidente que as economias nacionais já não podem ser vistas, se é que alguma vez o poderiam ser, como “autarcias” desinseridas do contexto global. Mais do que nunca o desenvolvimento é uma resultante da conjugação das vertentes nacional e internacional<sup>38</sup>, e não apenas da primeira, como pretendiam os primeiros nacionalistas, ou da segunda como sustentavam

<sup>34</sup> Ver, entre outros, o camaronês Daniel Etounga Manguelle, *L’Afrique a-t-elle besoin d’un programme d’ajustement culturel?*, Paris, Nouvelles Éditions du Sud, 1993

<sup>35</sup> Vd Manuel Ennes Ferreira, *A indústria em tempo de guerra (Angola 1975-1991)*, Lisboa, Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 1999.

<sup>36</sup> Só na reunião dos chefes de Estado africanos em Addis-Abeba (1985) é que estes admitiram, pela primeira vez desde das independências terem algumas responsabilidades próprias nas fracassadas políticas económicas do continente.

<sup>37</sup> Por exemplo: Rosa Luxembourg, *L’accumulation du capital*, Paris, Maspéro, 2 vols., 1967. Note-se que N. Bukharine é autor de *L’économie politique du rentier – Critique de l’économie marginaliste*, Paris, Études et Documentation Internationales/CNRS, 1967. Nesta obra, que é um notável exemplo de erudição e rigor, analisa em profundidade as ideias do grande economista Bohm-Bawerk (de quem foi aluno) e presta uma justa homenagem a Augusto Walras (pai de Léon Walras) cujo livro *De la richesse et de l’origine de la valeurs*, Paris, Félix Alcan, 1938, merece ainda hoje ser revisitado.

<sup>38</sup> Robert Gilpin, *The Political Economy of International Relations*, Pinceton University Press, 1987; ou ainda: R. Gilpin, *O desafio do capitalismo global – A economia mundial no século XXI*, Rio, Record, 2004.

os mais ortodoxos dos liberais. Dito de outro modo, as economias nacionais nos PED<sup>39</sup>, deixaram de poder estar “desinseridas” do contexto global, e as relações Norte-Sul<sup>40</sup>, ainda que conservando naturalmente os aspectos conflituais que perduram, mudaram de tónica ou são agora ideologicamente menos dramáticas<sup>41</sup> embora as desigualdades internacionais persistam e o desnível entre os países desenvolvidos e os PED não seja menos flagrante na esmagadora maioria dos casos

O problema que agora se coloca é saber se pode haver uma regulação nacional e internacional<sup>42</sup> das economias (e sobretudo da Finança internacional) e em que termos, ou se o destino destas vai ficar confiado exclusivamente às “*forças de mercado*”<sup>43</sup>, dogma que tem vigorado nos últimos anos com os resultados insatisfatórios que se conhecem mas que não parecem ter abalado o optimismo inamovível dos meios financeiros<sup>44</sup>.

Entretanto os PED não perderam de vista os conflitos de interesses e até ideológicos<sup>45</sup> entre países “desenvolvidos” e países ditos “em desenvolvimento” (ver a acção da OPEP e dos BRIC<sup>46</sup> em Doha e no interior do G20), mas, mercê das dificuldades e desaires encontrados no período pós-independência, nomeadamente nos fracassos sucessivos da pretendida aplicação do modelo revolucionário da “*via para o socialismo*”, têm agora uma consciência mais clara e realista de que o *desenvolvimento* é um processo de muito longo prazo, para não dizer de gerações, sendo evidente a necessidade de uma “interdependência” que exige parcerias onde os “interesses” de uns e de outros tendam a ser contemplados, mesmo que esse escopo continue muito longe de excluir confrontos.

---

<sup>39</sup> A área dos estudos do “desenvolvimento” não diz respeito apenas aos problemas dos países do Sul mas tem igualmente aplicação nos países industrializados do Norte, ainda que com instrumentos ou critérios distintos: basta pensar que, no tecido social dos países do Norte, continuam a persistir a dualidade rural-urbano, os problemas da pobreza, do desemprego, da saúde dos mais pobres ou da (in)justiça que atinge os desprotegidos, etc. Vd António Teixeira Fernandes, *Para uma sociologia da cultura*, Porto, Campo das Letras, 1999.

<sup>40</sup> Vd. Philippe Béraud, Jean-Louis Perrault et Omar Sy (Sous la direction de), *Géo-économie de la coopération européenne – De Yaoundé à Barcelone*, Paris, Maisonneuve & Larose, 1999.

<sup>41</sup> Não me refiro, naturalmente, a tensões mais ou menos larvares como a da energia nuclear ou conflitos previsíveis relativamente ao controlo da água em certas regiões.

<sup>42</sup> Joaquim Ramos Silva e Allan C. Barbosa (Ed.), *Estado, empresas e sociedade – Um mosaico luso-brasileiro*, Lisboa, Colibri, 2009.

<sup>43</sup> Michel Hénocchsberg, *La place du marche*, Paris, Denoel, 2001.

<sup>44</sup> Apesar dos avisos, por exemplo, de um dos maiores conhecedores do que é a especulação: George Soros.

<sup>45</sup> Vd por exemplo, Joan Antón Mellón (Ed.) *Ideologías y movimientos políticos contemporâneos*, Madrid, Tecnos, 1998.

<sup>46</sup> BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China

Note-se que “*interdependência*” não é nem uma categoria geral (que dissolva as diferenças das partes) nem a reprodução de cada relação em particular (relações entre classes, estados, economias). A ideia de interdependência é, por assim dizer, uma “síntese do pensamento” resultante do processo teórico-prático do *conhecimento*, e esse conhecimento é a sua própria história organizada por meio de conceitos.

As relações Sul-Sul, contrariamente às expectativas anteriores às independências expressas na célebre conferência de Bandung em 1955, também apresentam dificuldades inesperadas que são, paradoxalmente (se abstrairmos a retórica revolucionária e os simplismos de uma pretensa “fraternidade” religiosa, política, étnica ou racial entre países ex-colonizados), talvez ainda maiores do que as que incidem sobre as relações Norte-Sul, como se verifica, desde 1975, com as guerras civis ou conflitos fronteiriços regionais ou quanto às ambições, por enquanto goradas ou sem avanços significativos, de integração regional na Comunidade dos Estados da África Ocidente (CEDEAO), na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e, mais recentemente, na Comunidade da África Austral (SADC) sob a égide da África do Sul e já ameaçada de implosão em 2010, com vários países a integrar ao mesmo tempo comunidades distintas (o que é interdito pelos estatutos do OMC), cujas economias em vez de serem complementares ou se prepararem para essa situação num futuro mais ou menos próximo, continuam a ser concorrenciais produzindo os mesmos bens e deixando à África do Sul, a única economia industrializada da África Austral, um papel que poderá vir a ser hegemónico na região e mesmo na zona subsaariana, o que é susceptível de conduzir a tensões ou conflitos num horizonte temporal relativamente breve<sup>47</sup>. O previsível desaparecimento de Nelson Mandela (dada a sua idade avançada) e do efeito moderador que ainda exerce, pode, no entanto, precipitar os acontecimentos no que concerne a República da África do Sul, com terríveis consequências para toda a África Austral. As manifestações populares que se seguiram à morte do extremista bóer E. Terreblanche (em 4 de Abril de 2010) e que as autoridades sul-africanas contiveram a custo, são um sinal preocupante..

No que se refere à evolução histórica das ideias no desenvolvimento do pós-guerra, é conveniente relembrar ainda as teses da influente “Escola da Dependência”<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Um historial de alguns dos conflitos inter-africanos anteriores é analisado por George B.N. Ayittey, *África in Chaos*, Londres, Macmillan, 1999

<sup>48</sup> Vd Uma Kothari (Ed. by), *A Radical History of Development Studies*, Londres, Zed Books, 2005; Craig Johnson, *Arresting Development – The Power of Knowledge for Social Change*, Londres, Routledge, 2009.

particularmente vigorosa nos anos 1960 e 1970, nas suas versões *estruturalista* (Hans Singer, Raul Prebisch, CEPAL, Fernando Henrique Cardoso<sup>49</sup>) e sobretudo *neo-marxista* (Gunder Frank, Samir Amin, Theotônio dos Santos, R. Stavenhagen)

É então que a tese do “*desenvolvimento do subdesenvolvimento*” (Gunder Frank) se torna popular entre a esquerda europeia, latino-americana e até (ainda que de maneira menos pronunciada) nos países africanos, dentro de certos movimentos nacionalistas deste continente, mesmo que de maneira por vezes imperceptível.

Segundo esta tese<sup>50</sup>, claramente reivindicada ou apenas implícita no discurso ou na acção, o desenvolvimento (do Norte) e o subdesenvolvimento (do Sul) seriam duas faces da mesma moeda. A exploração exercida pelos países industrializados provocaria o empobrecimento dos países do Sul, cujo desenvolvimento seria impossível no contexto do sistema capitalista e imperialista, perspectiva que pressupunha a passagem directa do subdesenvolvimento ao socialismo sem passar pela etapa capitalista e escapando assim à “dominação imperialista”.

Tais ideias caminharam a par da estratégias de *substituição de importações*<sup>51</sup>, que, na verdade, teria sido compreensível e mesmo necessária se tivesse sido encarada como “um meio” provisório (caso da Coreia do Sul entre os anos 50 e 60) e não como “um fim em si” *ad eterno*, o que, tendo em conta a estreiteza dos mercados africanos, a fraqueza do equipamento tecnológico e científico e a insuficiente qualificação dos recursos humanos, acabaram por limitar seriamente o desenvolvimento da grande maioria dos países do continente.

Por outro lado, a teoria conceptiva da “*Escola da Dependência*”, particularmente na sua versão neo-marxista mais influente nesse período, não deixou de provocar polémicas violentas entre os próprios marxistas. O protagonista mais conhecido terá sido Bill Warren<sup>52</sup> - brilhante intelectual prematuramente falecido - que apontou para o desfasamento entre o *neo-marxismo* e a própria teoria de origem (o marxismo de Marx).

---

<sup>49</sup> Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio, Zahar, 6ª ed. 1981.

<sup>50</sup> Convem não esquecer também a influência das ideias de Franz Fanon, particularmente em *Les Damnés de la terre* e o prefácio literalmente explosivo de Jean-Paul Sartre que, embora com razões na altura compreensíveis e justificadas, não deixaram de ter, a longo prazo, consequências psicológicas e políticas que alguns classificaram de particularmente nocivas para África.

<sup>51</sup> Vd Manuel Ennes Ferreira, *op. cit.*

<sup>52</sup> Bill Warren, *Imperialism: Pioneer of Capitalism*, Londres, Verso, 1980.

Com efeito, na perspectiva de Bill Warren havia contradição (teórica) entre Marx, para o qual a passagem pela fase capitalista era obrigatória<sup>53</sup>, e os neo-marxistas que pretendiam a passagem directa do subdesenvolvimento ao “socialismo”.

Resumidamente, para B. Warren seria obrigatório que os PED passassem pela fase capitalista por duas razões: primeiro porque era essencial a constituição de uma burguesia intelectual e tecnicamente preparada, própria de um capitalismo avançado, antes de encetar a transição para o socialismo; segundo porque ninguém sabia ao certo o que seria – ou como seria - esse “*socialismo*” tão desejado e que o próprio Marx se recusara a descrever...

A consequência foi que, à falta de experiência empírica satisfatória (o “marxismo soviético” era igualmente rejeitado pelos neo-marxistas) o neo-marxismo apresentava-se aos olhos de muitos como um conceito e uma reivindicação *moral* de certo modo casuísta, sem contornos precisos nem correspondência directa com a realidade económica e social concreta. Tudo se passava como se o *neo-marxismo* fosse percebido como uma *utopia*, tal como o fora no século XIX o “*socialismo utópico*” de Saint Simon, de Fourier e de Owen.

O fracasso das experiências “*socialistas*” nos países do Sul<sup>54</sup>, parece ter demonstrado que as objecções de Bill Warren, sem falar das reservas de outros autores heterodoxos não marxista (Gunnar Myrdal), tinham fundamento pelo menos no plano da lógica teórica, como, mesmo nessa época, o livro de Cardoso e Faletto já o sugeria. Na perspectiva mais ampla da competição Leste-Oeste de uma certa escatologia política, vale a pena lembrar, de passagem, que o próprio Schumpeter também não foi muito feliz nos seus vaticínios sobre a vitória do socialismo sobre o capitalismo<sup>55</sup>.

No entanto a visão sobre a evolução dos países do “Terceiro Mundo” alterou-se depois desse período polémico, integrando novas preocupações como a pobreza e desigualdade ou pondo a ênfase nas vertentes culturais da modernização, na interdependência ou na admissão da possibilidade de certos países do Sul se inserirem de modo diferente e menos fatalista no sistema mundial (caso já referido da Coreia do Sul, e hoje dos “países emergentes” como a Índia, o Brasil e a China)<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> o capitalismo desenvolvido mostra aos novos países a imagem do seu próprio futuro, escrevera em substância Marx no *Capital*.

<sup>54</sup> Vd José Filipe Pinto, *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e discontinuidades*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.

<sup>55</sup> J. Schumpeter, *Capitalisme, socialisme et démocratie* (1942), Pars, Payot, 1965

<sup>56</sup> Vd. C. Jaffrelot, *The Emerging States – The Wellspring of a New World Order*, Londres, Hurst & Company, 2008.

Na busca de novos indicadores, os investigadores olharam cada vez mais para lá da economia, atravessando fronteiras e explorando novos terrenos disciplinares sem, no entanto, em muitos casos, se afastarem demasiado do “núcleo duro” da análise económica propriamente dita. Os mentores desse movimento “*cross-disciplinary*” que podemos traduzir por “*análise transversal*” ou “*multidisciplinar*”, foram denominados os *pioneiros* dos Development Studies, ainda que essa denominação do Banco Mundial, expressa numa obra conhecida (*Os pioneiros do Desenvolvimento*)<sup>57</sup>, tivesse sido atribuída injustamente apenas a autores anglo-saxónicos, entre os quais Paul Streeten, Dudley Seers, Mahbud ul Haq, Hollis Chenery, Hans Singer, esquecendo-se completamente de autores franceses como François Perroux, L.J. Leuret, Gaston Leduc, Jacques Austruy, Elias Gannagé<sup>58</sup>, etc.

Uns e outros contribuíram todavia para criar no pensamento do desenvolvimento um espaço de inovação entre as análises económicas do período anterior e as novas abordagens multi-disciplinares. Foi assim que vieram juntar-se ao conceito de “crescimento” *stricto sensu* muitas outras temáticas tais como o emprego ou a redistribuição com crescimento, o crescimento zero do Clube de Roma, o microcrédito de Yunus, a reflexão sobre o político e o social, projectando novas luzes sobre as “necessidades básicas” em termos de *inputs* ou incidindo sobre os seus resultados (*basic opportunities*). Mais tarde estas perspectivas foram alargadas para incorporar as capacidades (“*capabilities*” de Amartya Sen)<sup>59</sup> e liberdades humanas que estiveram finalmente reflectidas no índice de desenvolvimento humano do PNUD e noutros indicadores que põem em relevo, por exemplo, problemas ecológicos e do ambiente, qualidade de vida nos PED, justiça social, educação, saúde, migrações, urbanização, boa “governança” etc., acompanhando novas contribuições inter e multidisciplinares.

A rápida expansão dos trabalhos nestas áreas criou oportunidades favoráveis a uma mais estreita correlação ou cooperação entre disciplinas diversas<sup>60</sup> permitindo

---

<sup>57</sup> Gerald M. Meier and Dudley Seers (Ed. by), *Pioneers in Development*, Washington, World Bank, 1985; Gerald M. Meier (Editor), *Pioneers in Development – Second Series*, Washington, World Bank, 1987.

<sup>58</sup> Vd Philippe Hugon, *L'économie du développement et la pensée francophone*, Paris, Éd. des Archives Contemporaines, 2008.

<sup>59</sup> Vd. Amartya Sen, *Un nouveau modèle économique*, trad., fr. Paris, Odile Jacob, 2000 ; Amartya Sen, *Rationalité et liberté en économie*, trad. fr., Paris, Odile Jacob, 2005.

<sup>60</sup> Vd Manuel Couret Branco, *Economics Versus Human Rights*, Londres, Routledge, 2009; José Manuel Moreira, *Ética, economia e política*, Porto, Lello, 2ª ed. 1996; José Manuel Moreira, *Ética, Democracia e Estado*, Lisboa, Pincípia, 2002; Amartya Sen, *Éthique et économie*, Paris, PUF, 1993; Amartya Sen, *L'économie est une science morale*, Paris, La Découverte, 2003.

também o robustecimento de outras como a demografia<sup>61</sup> ou a economia institucional, tendo esta última visto a sua importância confirmada pela atribuição do prémio “Nobel” da Economia a Oliver Williamson<sup>62</sup>, a R. Coase<sup>63</sup> e a Douglass North<sup>64</sup>, embora entre a maioria das obras em economia institucional, a de Geoffrey Hodgson<sup>65</sup> se me afigure das mais estimulantes...

Em todo o caso, é evidente que a economia institucional, sobretudo se tivermos como referências Veblen e Hodgson mais ainda do que a “*Nova Economia Institucional*”, parece ser particularmente promissora ao combinar estudos sobre a história das instituições (direitos de propriedade, organizações, sistemas políticos e económicos...) com uma análise sobre a eficácia e performance dos modelos de desenvolvimento que se abrem a múltiplas áreas de investigação.

Para além destas preocupações mais frequentes, o historial dos estudos sobre o desenvolvimento sugere novas aplicações, desde as análises sobre a filosofia antiga, até

---

<sup>61</sup> É de reear que as consequências da evolução demográfica ainda não tenham sido plenamente apreendidas não só pelos economistas mas sobretudo pelos homens políticos da Europa onde as taxas de fecundidade são da ordem de 1,3-1,5, quanto o mínimo exigido só para a renovação da população é de 2,1 filhos por mulher. A manterem-se as taxas actuais, haverá não apenas um declínio da população europeia como o seu envelhecimento brutal (derivado tanto pela baixa taxa de natalidade como pelo prolongamento da esperança de vida à nascença) como já começa a ser visível. Se esta questão não for urgentemente resolvida e se se mantiver sem que sejam tomadas medidas enérgicas durante a primeira metade do século XXI, tal poderá não apenas acelerar o declínio mas pôr mesmo em causa a própria sobrevivência da Europa enquanto cultura. Há já sinais evidentes no *multiculturalismo* vigente – de que a Grã Bretanha está a fazer a amarga experiência e que a França ainda procura combater - e na gangrena de um *relativismo* que se infiltra em todos os sectores do conhecimento. A sua resolução é, pois, de uma urgência dramática. No entanto, este gravíssimo problema não parece estar à cabeça da lista de prioridades dos políticos europeus, para além de uma morna rotina governativa, e tem sido até secundarizada por outras preocupações, em particular de ordem financeira que, contrariamente às aparências, são bem menos importante no longo prazo.

Quanto aos países africanos, cuja população acaba de atingir os mil milhões de habitantes, as dificuldades são de outra índole. A juventude da população africana é sinónimo de dinamismo, de pujança e de criatividade para o futuro mas, em contrapartida, falta saber de que modo e com que meios os países farão face, a curto e médio prazos pelo menos, aos problemas de alimentação e, sobretudo, de educação das novas gerações.

Em conclusão, se a evolução demográfica é, apesar de tudo, razão de esperança para a África, ela constitui, para os europeus, um motivo de profunda inquietação.

<sup>62</sup> Oliver E. Williamson, *Les institutions de l'économie*, Paris, InerEditions, 1994

<sup>63</sup> Ronald Coase, *La firme, le marché et le droit*, Paris, Diderot, 1998 ; R. Coase, *Le coût du droit*, Paris, PUF, 2000 ;

<sup>64</sup> Cf. Douglass North, *Le processus du développement économique*, Paris, Éditions de l'Organisation, 2005 ; D. North, *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge, 1990.

Ver ainda : John Harriss *et alii* (Ed. by), *The New Institutional Economics and Third World Development*, Londres, Routeldge, 1995; Robert Salais *et alii*, (Sous la direction de), *Institutions et conventions – La réflexivité de l'action économique*, Paris, EHESS, 1998 ; Laure Bazzoli, *L'économie politique de John R. Commons – Essai sur l'institutionnalisme en sciences sociales*, Paris, L'Harmattan, 1999.

<sup>65</sup> Geoffrey M. Hodgson, *Economia e instituições*, Lisboa, Celta, 1994

à economia política clássica e aos horizontes constantemente renovados das modernas ciências sociais.

Para dar apenas alguns exemplos, os estudos de Karl Polanyi<sup>66</sup> sobre os mecanismos do mercado antigo ou, mais modernamente, sobre a “grande transformação” da economia capitalista e do domínio da finança internacional nos séculos XIX-XX cujas lições podem ser tiradas relativamente à crise actual resultante da anarquia financeira dos *subprimes* e doutros desvarios da banca americana e internacional; as obras de Louis Dumont sobre o regime de castas; de Marshall Sahlins demonstrando que a “idade da pedra” foi inesperadamente, no plano económico, a “idade da abundância”; de Martha Nussbaum que pôs em evidência as implicações da teoria aristotélica da política de distribuição e o seu interesse para o desenvolvimento humano no discurso contemporâneo<sup>67</sup>. Outros autores relembram ainda as teses da *Riqueza das Nações* ou da tão importante quanto pouco lida *Teoria dos sentimentos morais* de Adam Smith, cuja relações com o desenvolvimento económico e social não carecem de ser demonstradas<sup>68</sup>, apesar das leituras algo simplistas das ideias de Adam Smith<sup>69</sup> como acontece com algumas interpretações abusivas da “imagem” (alegoria e não conceito epistemológico) da *mão invisível* ou das suas reflexões sobre o papel do Estado e do mercado<sup>70</sup> demasiadas vezes esquecidas...

No âmbito dos factores políticos do desenvolvimento também deve ser sublinhada a contribuição de teóricos da Ciência Política para o estudo do Estado<sup>71</sup> cujo papel tem certamente uma incidência profunda na constituição e sobrevivência da

---

<sup>66</sup> Karl Polanyi, *A grande transformação – As origens da nossa época* (1944), Rio, Campus, 2000; Karl Polanyi et Conrad Arensberg, *Les systèmes économiques dans l’histoire et dans la théorie*, Paris, Larousse, 1975; e também: K. Polanyi, “A nossa obsoleta mentalidade mercantil”, em linha na internet, in: [www.adelinotorres.com](http://www.adelinotorres.com) (página “Desenvolvimento”)

<sup>67</sup> Martha Nussbaum, “Nature, function and capability: Aristotle on political distribution”, *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, 1988, supplementary vol., pp. 145-84, citado por Clark 2006, *op. cit.* Ver igualmente: Irene Van Staveren, *The Values of Economics. An Aristotelian Perspective*, Londres, Routledge, 2001

<sup>68</sup> Vd eventualmente Adelino Torres, “A Economia como ciência social e moral (Algumas observações sobre as raízes do pensamento económico neoclássico: Adam Smith ou Mandeville?)”, revista *Episteme*, nº 2, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1999; A. Smith, *Teoria dos sentimentos morais*, S. Paulo, Martins Fontes, 1999; A. Smith, *Riqueza das nações*, Lisboa, Gulbenkian, 2 vols, 1980; Christian Marouby, *L’économie de la nature – Essai sur Adam Smith et l’anthropologie de la croissance*

<sup>69</sup> Vd por exemplo: Jean Dellemotte, «La ‘main invisible’ d’Adam Smith: pour en finir avec les idées reçues», *L’Économie Politique* (Paris), nº 44, octobre 2009, pp. 28-41

<sup>70</sup> Para uma reflexão sobre Adam Smith e incidência das suas ideias na actualidade, ver o importante livro de Giovanni Arrighi, *Adam Smith à Pékin – Les promesses de la voie chinoise*, Paris, Max Milo Éditions, 2009.

<sup>71</sup> Vd por exemplo Paulo Ferreira da Cunha (Org. de), *Teoria do Estado contemporâneo*, Lisboa, Verbo, 2003, bem como vários trabalhos de Max Weber, de Adriano Moreira ou de Raymond Aron.



nação. Nos fundamentos da ciência política, do Estado e da própria democracia, sem os quais a análise do “desenvolvimento” no sentido amplo do termo fica amputada ou perde muito do seu alcance, a interpretação da obra de Thomas Hobbes (1588-1679), tanto no *De Cive* como, sobretudo, no *Leviatã*<sup>72</sup> – o estado natural da guerra de todos contra todos e a maneira de o contrariar – permitiriam melhor entender uma concepção de organização política que, aparentemente, encontra um terreno de aplicação nas tiranias e nas “democracias falhadas” que vigoram em especial no continente africano. Falta indagar se os traços predominantes de um moderno “Estado leviatã”, grosseiramente característico de certos regimes em vigor no continente africano, podem ou não ser assimilados à doutrina de Hobbes, na aplicação dessa teoria construída há mais de 300 anos e que, na sua essência, mereceria mais uma análise comparativa do que uma assimilação superficial e apressada.

Em todo o caso esta problemática contém elementos de reflexão que seria apropriado utilizar na leitura das origens e procedimentos do Estado em “democracias sem democratas”<sup>73</sup> do “Terceiro Mundo”, controladas por regimes ditatoriais, para compreender a sua incidência sobre a cidadania e, por consequência, sobre o desenvolvimento no sentido lato do termo. Aliás a leitura de Hobbes, tão importante como a de Maquiavel (1469-1527), deveria ser conjugada e completada com o estudo de outros filósofos, entre os quais John Locke (1632-1704) – que advoga a passagem do estado natural à sociedade organizada onde os cidadãos têm o direito de derrubar os governantes, como Hobbes e Montesquieu o admitem – ou se Rousseau não estaria na raiz de uma interpretação enviesada da democracia ao afirmar que os indivíduos deveriam ser “forçados a ser livres”, abrindo assim a porta a outras formas de opressão...

O desconhecimento de algumas destas teorias políticas fundadoras, que ajudam a compreender a evolução das sociedades contemporâneas, pode constituir uma séria lacuna dos investigadores do desenvolvimento que pretendem analisar o papel do Estado, tanto nos países do Sul como nos do Norte, para além dos papéis interventores que lhe são geralmente atribuídos quase exclusivamente no capítulo económico, ao menos no que se refere às publicações dos economistas.

---

<sup>72</sup> Vd. Thomas Hobbes, *Leviatã*, Lisboa, Imprensa Nacional, 4ª ed. 2009.

<sup>73</sup> Cf Ghassan Salamé, *Democracy without Democrats ?- The Renewal of Politics in the Muslim World*, Londres, I.B.Tauris, 1996.

É evidente que a apreciação dos fundamentos filosóficos e políticos dessa dinâmica estatal permanece ainda demasiado limitada, nomeadamente nos países do Sul, por conteúdos parcelares (planificação, nacionalizações, políticas económicas do sector público, privatizações) que, sendo evidentemente aspectos básicos do processo de desenvolvimento, não chegam porém para nos fazer apreender em profundidade os fundamentos ontológicos da acção política (e social) desenvolvida por esses estados, a qual condiciona todas as outras, tanto mais que, pelo menos em África, é do Estado (com a excepção de Cabo Verde) que tem de partir a iniciativa de construir a Nação e a sua identidade, tarefa complexa e improvável num horizonte temporal imediato...

No contexto científico propriamente dito (pelo menos teórico), a noção de “desenvolvimento” pode ainda ser repensada para ultrapassar a visão limitada das disciplinas tradicionais especializadas, na medida em que estas não esgotam a realidade contemporânea, tanto mais que, como tudo indica na investigação mais recente, terão também de tomar em linha de conta a dimensão da “*aceleração*” tratada como teoria social (Hartmut Rosa<sup>74</sup>) e concomitantemente o seu reverso que seriam as “*estratégias de desaceleração*”, que, por sua vez, parecem centrais nos PED. Embora nestes últimos residam factores aparentemente negativos (hedonismo, ritmo e valor diferenciado do tempo), estes são – ou podem ser - também formas de defesa contra as disfunções da “*aceleração*” tecnológica moderna.

A hipótese de Hartmut Rosa é que a “modernização não é apenas um processo multidimensional *no tempo*, mas designa também e antes de tudo uma transformação estrutural e culturalmente muito significativa das estruturas e dos horizontes temporais e que o conceito de *aceleração* social é mais adequado para compreender a *via* que esta toma. Sem um estudo que coloque a dimensão temporal no centro da análise, a teoria social não poderá dar conta (...) das transformações contemporâneas das práticas e das instituições sociais, nem da relação entre o indivíduo e si próprio nas sociedades ocidentais”<sup>75</sup>.

Da conjugação entre estratégias “de aceleração” e de “desaceleração” poderá ainda a resultar uma função eventualmente positiva se, bem entendido, as jovens nações do Sul estiverem ainda a tempo de recusar formas dissolventes pós-modernas que já afligem os países industrializados, reestruturando os alicerces do edifício político e reparando as malhas do sistema económico e social.

---

<sup>74</sup> Hartmut Rosa, *Accélération: une critique sociale du temps*, Paris, La Découverte, 2010.

<sup>75</sup> Cf. Hartmut Rosa, *op. cit.*, p. 16-17.

Para isso seria igualmente útil tomar em consideração que a “*forma espacial*” (Sloterdijk<sup>76</sup>) molda, ainda mais do que o “tempo” (Heidegger) a nossa concepção do mundo.

Em resumo, no plano científico e no da criação intelectual torna-se necessária a ajuda dos filósofos para revitalizar teorias do conhecimento que desenhem contornos ainda não explorados.

Desde logo, uma nova teoria do desenvolvimento deverá observar uma metodologia que não será apenas positivista, linear ou ideológica, mas, adoptando a terminologia do biólogo Sewall Wright, uma teoria do “*equilíbrio dinâmico*”, ou seja um equilíbrio de permanente movimento entre as forças para a homogeneidade e as forças para a heterogeneidade<sup>77</sup>.

Vários filósofos africanos – entre os quais Hountondji, Mudimbe, Wiredu, Appiah<sup>78</sup> - depois de ultrapassarem uma etno-filosofia datada, tentam já abrir caminho a uma reflexão axiológica sobre a possibilidade de ligar as questões filosóficas<sup>79</sup> à utilização das ciências sociais, nomeadamente as ciências económicas, embora não seja garantido que essa perspectiva, ainda que fundamental, se revele suficiente para dar conta das múltiplas dimensões, interrogações e problemas que o fenómeno do “desenvolvimento” poderá ainda anunciar no decorrer do século XXI, tanto no caso dos PED como no dos países industrializados, na medida em que a problemática do “desenvolvimento”, se bem que com modalidades diferentes, diz respeito a ambos e não apenas aos PED como se pensou durante muito tempo.

Efectivamente, se os primeiros (os PED) têm problemas por demais conhecidos para resolver, não é menos certo que os segundos (países industrializados) se defrontam com um clima de incerteza civilizacional e de projectos políticos conturbados cujas soluções não estão à vista. Sem falar da crise mundial que atinge de chofre a Europa e

---

<sup>76</sup> Peter Sloterdijk, *Globes Sphères II*, Paris, Libella-Maren Sell, 2010.

<sup>77</sup> Cf. Michael Ruse, *O mistério de todos os mistérios*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2002; Jacques Sapir, *Les trous noirs de la science économique*, Paris, Albin Michel, 2000.

<sup>78</sup> Vd por exemplo: Paulin Hountondji, *African Philosophy – Myth and Reality* (1976), Londres, Hutchinson, 1983; M. Diagne, *De la philosophie et des philosophes en Afrique Noire*, Paris, Karthala, 2006 ; Kwame A. Appiah, *Na casa do meu pai – A África na filosofia da cultura*, Rio, Contraponto, 1997; V.Y. Mudimbe, *The Invention of África – Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*, Londres, James Currey, 1988; Lewis R. Gordon, *Na Introduction to African Philosophy*, Cambridge, 2008; Lee M. Brown (Ed. by), *African Philosophy – New and Traditional Perspectives*, Oxford, 2004; Augustine Shutte, *Philosophy for Africa*, Cape Town, University of Cape Town Press, 1993

<sup>79</sup> No plano da reflexão filosófica ver eventualmente François Julien, *L'invention de l'idéal et le destin de l'Europe*, Paris, Seuil, 2009.

aquilo que Adriano Moreira chama o “euromundo” e o “ocidente”<sup>80</sup>, pense-se nas dificuldades da constituição de uma União Europeia *política* que vá para além da construção económica, ou na criação de um Fundo Monetária Europeu que dê uma nova expressão à solidariedade europeia tal como foi pensada pelos seus fundadores, ou outras medidas concretas que ultrapassem egoísmos nacionais obsoletos e até perigosos (vd a ameaça velada de expulsar da zona euro os países que não respeitem o pacto de estabilidade e crescimento), etc.

No âmbito científico, é evidente que nenhuma disciplina singular pode abraçar a variedade e complexidade dos factores que caracterizam o desenvolvimento.

Ravi Kambur<sup>81</sup> propôs há alguns anos a noção de “*análise transversal*” (“*cross-disciplinary*”) que se refere a qualquer estudo ou recomendação política baseada em análises e métodos de mais de uma disciplina. Essa *cross-disciplinary* apresentaria duas variantes principais:

Na “*multidisciplinaridade*”, que resulta do trabalho de pesquisa de equipas de investigadores, cada elemento da equipa trabalha na sua especialização própria mas colabora para construir com os outros elementos da equipa uma síntese e conclusões gerais;

Na “*interdisciplinaridade*” estaríamos perante uma investigação que tenta atingir a mais profunda integração de duas ou mais disciplinas em todas as fases do processo de pesquisa até atingir uma conclusão que eventualmente ultrapasse as premissas iniciais e dê origem a soluções inovadoras.

Em síntese, a *multidisciplinaridade* seria uma forma aditiva da “*análise transversal*”, enquanto que a *interdisciplinaridade* seria muito mais integracionista, embora haja, sem dúvida, caminhos diversos para combinar a *multidisciplinaridade* com a *interdisciplinaridade*. As modernas pesquisas sobre o desenvolvimento caminham nessa via sistémica que responde a interrogações, muitas delas suscitadas pela globalização. Mas, pelo menos em parte, será talvez na via da articulação entre as diversas ciências sociais – nas quais se inclui em especial a Economia – onde as teorias do desenvolvimento poderão encontrar um terreno fértil.

A discussão, ainda de actualidade, entre a visão da “*economia do desenvolvimento*” como uma disciplina com um estatuto próprio ou como uma área transversal a vários

---

<sup>80</sup> Adriano Moreira, *A comunidade internacional em mudança*, Coimbra, Almedina, 3ª ed. 2007

<sup>81</sup> Ravi Kambur, “Economics Social Science and Development”, *World Development*, 2002, 30 (3): 477-86. Citado por Clark 2006, *op. cit.*

interesses científicos, é um debate que continua e sobre o qual as opiniões não são unânimes, tanto mais que a “*mono-economia*” (Hirschman) e o *mainstream* neoliberal<sup>82</sup> assertivo ainda predominam em instâncias internacionais, incluindo na Comissão Europeia, e já entraram na Universidade, apesar da crise mundial iniciada em 2007 ter, no mínimo, demonstrado os seus limites e anunciado o fim da crença na auto-regulação do mercado, a que alguns já chamam “*teologia de mercado*” na expressão dum fino pensador como Adriano Moreira<sup>83</sup>.

Não obstante, segundo John Loxley<sup>84</sup>, é possível identificar quatro características dos estudos internacionais de desenvolvimento (EID) que, reunidas, parecem constituir uma identidade coerente: a primeira incide no desenvolvimento dos países de *per se*, distinguindo-se da economia política global e das relações internacionais (monografias, experiências empíricas comparativas...).

A segunda característica dos EID é que estes são interdisciplinares e multidisciplinares por natureza. Ou seja, qualquer tentativa para compreender o mundo em desenvolvimento e o modo como ele está inserido na economia global e no sistema político (da *economia-mundo* de Wallerstein) exige, como já se disse, o trabalho colectivo de várias disciplinas distintas.

A terceira característica é de permitir, ou mesmo encorajar, pesquisas ao nível internacional, nacional e sub-nacional (local), atitude que deve suscitar uma escolha eclética por parte dos investigadores.

A quarta é, ao mesmo tempo, teórica, empírica e orientada politicamente.

Estas quatro características são interdependentes. Mas continua a faltar uma definição consensual dos “*Development Studies*” e, por consequência, da própria “Economia do Desenvolvimento”.

---

<sup>82</sup> Não é possível tratar aqui da história do liberalismo e da sua evolução desde o século XIX. Ver por exemplo: Catherine Audard, «Le ´nouveau´ libéralisme», *L'Économie Politique* (Paris), n° 44, octobre 2009, pp. 6-27. Ver igualmente, mas num outro registo, René Passet, *L'illusion néo-libérale*, Paris, Fayard, 2000 (existe uma tradução portuguesa) e Christian Chavagneux, *Les dernières heures du libéralisme*, Paris, Perrin, 2007.

<sup>83</sup> É sabido que Adriano Moreira é, sem dúvida, um dos grandes pensadores de ciência política em Portugal, pelo menos nos últimos 50 anos. Mas poucos parecem ter reparado que se trata também de um dos mais notáveis prosadores da língua portuguesa. Ver por exemplo dois dos seus últimos livros onde as duas qualidades se evidenciam, a científica e a literária: o primeiro intitula-se *A espuma do tempo – Memórias do tempo de vésperas*, Coimbra, Almedina, 2009. O segundo: *A circunstância do Estado exíguo*, Lisboa, Diário de Bordo, 2009.

<sup>84</sup> In Clark 2006, *op. cit.*

Não obstante, isso não é necessariamente uma limitação, mas antes um desafio à criatividade e ao progresso da actividade científica neste sector das Ciências Sociais<sup>85</sup>...

Também é permitido deduzir que a economia do desenvolvimento terá novos caminhos a explorar nas próximas décadas, quer inserida num sistema de rede que as novas tecnologia promovem com intensidade, como Manuel Castells o demonstrou<sup>86</sup>, quer ainda como área teórico-empírica com identidade própria.

O tema do “desenvolvimento” pode assim ser inscrito, sem se descaracterizar, no âmbito da nova EPI (“*Economia Política Internacional*”), especialmente na corrente teorizada por Susan Strange, cujas teses são particularmente originais<sup>87</sup>.

Bem conhecida nas universidades e meios especializados anglo-saxónicos, a obra de Susan Strange não encontrou ainda, infelizmente, nas universidades portuguesas e francesas<sup>88</sup> a atenção que deveria merecer.

Ao analisar o “desenvolvimento” na sua acepção nacional e internacional mais abrangente, Susan Strange distingue-se das duas outras correntes americanas da EPI: a primeira é a escola realista que trata sobretudo do poder relacional e das questões de segurança entre estados (Robert Gilpin, Robert Keohane e Joseph Nye) os quais são determinados pelos seus recursos e repousam sobre a força que, por sua vez, condiciona a diplomacia. A segunda resulta da perspectiva normativa de Robert Cox sobre o papel das classes e a teoria do *soft power*.

A abordagem de Susan Strange assume por sua vez uma posição crítica da ordem internacional estabelecida, preocupando-se com o poder estrutural, a hierarquia dos valores e o papel político dos actores não estatais (máfias, por exemplo). Os seus trabalhos projectam a EPI como o ponto de confluência e de interacção de quatro estruturas (representadas graficamente numa pirâmide de quatro faces em *States and Markets*): a estrutura da segurança, a estrutura da produção, a estrutura financeira e a estrutura do conhecimento ou dos saberes. As quatro estruturas de Strange “não

---

<sup>85</sup> Vd eventualmente M. Villaverde Cabral, J.L. Garcia e Helena M. Jerónimo (Org.), *Razão, tempo e tecnologia – Estudos em homenagem a Hermínio Martins*, Lisboa, ICS, 2006.

<sup>86</sup> Manuel Castells, *L'ère de l'information*, Paris, Fayard, 3 vols. (1º vol. 1998, 2º vol. 1999, 3º vol. 1999).

<sup>87</sup> Nomeadamente Susan Strange, *States and Markets – An Introduction to International Political Economy* (1988), Londres, Pinter, 1993; Susan Strange, *The Retreat of the State- The Diffusion of Power in the World Economy*, Cambridge, 2000; Roger Tooze and C. May (Ed. by), *Authority and Markets – Susan Strange's Writings on International Political Economy*, Londres, Palgrave Macmillan, 2002. Sobre a obra de Susan Strange ver: Thomas C. Lawton, J. Rosenau e A. Verdun (Ed. by), *Strange Power*, Aldershot, Ashgate, 2001

<sup>88</sup> Com excepção do livro de Christian Chavagneux, *Économie politique internationale*, Paris, La Découverte, 2004.

evoluem de maneira independente e as suas interacções determinam as estruturas secundárias da globalização, entre as quais os sistemas de transportes, de comércio internacional, de energia e de ajuda pública ao desenvolvimento”<sup>89</sup>, rejeitando a abordagem económica tradicional unicamente preocupada com o papel desempenhado pelo comércio internacional ou com a acção desenvolvida pelos Estados.

S. Strange dá aos problemas da interacção entre desenvolvimento e relações internacionais um novo impulso interdisciplinar que, conjugando os vectores referidos, favorece a apreensão realista das condições em que se move a globalização e permite melhor compreender a sua incidência para o “desenvolvimento” na actualidade.

Um outro campo de análise é a questão do declínio ou abandono do sector público em privatizações<sup>90</sup> ou mesmo nas chamadas “privatizações selvagens”. Mas as atenções concentram-se muito em especial numa outra forma de privatização ainda mais extrema que é a “*privatização do Estado*” em África<sup>91</sup>.

Com efeito assiste-se nos últimos anos a uma privatização, não apenas das empresas públicas em favor do sector privado, mas igualmente à privatização de sectores decisivos da própria administração pública (alfândegas, fiscalidade, controle de fronteiras marítimas, venda de verdadeiros-falsos passaportes diplomáticos, entrega da maior parte dos recursos económicos a actores estrangeiros, criminalidade controlada na sombra pela elite governamental, etc.<sup>92</sup>), o que faz pensar a muitos autores que se trata da aplicação radical das teorias neoliberais.

De facto Susan Strange tinha falado, com propriedade, da “retirada do Estado” (in *The Retreat of the State*), mas Béatrice Hibou acrescenta novos elementos de informação que permitem pensar que o fenómeno vai ainda para além da equação público-privado tradicional. Na verdade, em África o Estado não declina como se pensava (ou pelo menos da maneira como se pensava) porque não se trata textualmente de um “declínio” ou de um desaparecimento, mas de uma transformação enviesada em que, sob novas formas, o poder sobrevive e se fortalece utilizando interesses económicos privados que agem como intermediários da elite nacional dominante, a qual, de uma forma ou doutra (pacífica ou violentamente) manipula o poder político para construir uma economia de acumulação rendeira. Assim sendo, o poder político e

---

<sup>89</sup> Chavagneux 2004, *op. cit.*, p. 47

<sup>90</sup> Vd Manuel Ennes Ferreira, «Angola : la reconversion économique de la *nomenklatura* pétrolière», *Politique Africaine* (Paris), 57, mars 1995, pp. 11-26.

<sup>91</sup> Béatrice Hibou (Sous la direction de), *La privatisation des États*, Paris, Karthala, 1999.

<sup>92</sup> Béatrice Hibou 1999, *op. cit.*

económico serve antes de mais o enriquecimento de uma minoria nacional que é partilhado com as empresas e interesses internacionais instalados no terreno.

Alguns autores, mesmo quando são acusados de um certo cinismo ou que se assumem pelo menos como *descrentes*, admitem que esse situação dramática e imoral é, no entanto, preferível ao caos ruinoso de guerra civil e de anarquia permanente como acontece na República Democrática do Congo (ex-Zaire), ou a matanças e genocídios como os que tiveram lugar no Rwanda e noutras regiões. E mesmo que esta situação de “*privatização do Estado*” se prolongue por mais alguns anos ou mesmo décadas, dizem, não é impossível esperar que um dia virá em que as novas gerações<sup>93</sup>, se herdarem ao menos uma economia que funcione tecnicamente (ainda que corrupta), terão talvez mais facilidade em retomar em mãos os seus países, estabelecendo novas regras, revistas e inspiradas em ideais democráticos<sup>94</sup>.



No plano académico, as disciplinas ligadas aos problemas do desenvolvimento parecem ser das mais estimulantes e desafiadoras tanto para os estudantes como para os docentes e investigadores porque, ultrapassando a mera “*reprodução do conhecimento*”, são, em qualquer das suas formas, motores privilegiados da “*produção de pensamento*” que se me afigura ser, sem menosprezo algum pela primeira que não deixa de ser essencial, uma das traves mestras da Universidade.

Para isso o “desenvolvimento”, nomeadamente a Economia do Desenvolvimento, apesar das resistências algo conservadoras que encontrou por vezes desde os anos 1980 em muitas universidades pelo mundo fora<sup>95</sup>, é uma das áreas mais

<sup>93</sup> Vd sobre o papel da educação as teses de doutoramento de Filipe Zau, *Educação em Angola – Novos trilhos para o Desenvolvimento*, Luanda, Movilivros, 2009, também consultável em linha in: [www.adelinotorres.com](http://www.adelinotorres.com) (página “Desenvolvimento”) e André Corsino Tolentino, *Universidade e transformação social nos pequenos Estados em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Consultável em linha in: [www.adelinotorres.com](http://www.adelinotorres.com) (página “Desenvolvimento”).

<sup>94</sup> Entre os autores africanos, ver : Edem Kodjo, *...Et demain l’Afrique*, Paris, Stock, 1985 ; e Edem Kodjo, *L’Occident : du déclin au défi*, Paris, Stock, 1988.

<sup>95</sup> Mercê do predomínio avassalador das ideias neoliberais impulsionadas desde o início dos anos 1980 por Margareth Thatcher e Ronald Reagan, que invadiram as instituições internacionais, os governos (incluindo governos socialistas) e mesmo as universidades. Este movimento consolidou o seu predomínio ao reivindicar um estatuto *científico* que não merecia.



apaixonantes do ensino e da investigação universitárias enquanto, bem entendido, não considerar nenhum axioma como uma verdade adquirida e inamovível, e admitir que o método científico não é a “*acumulação*” linear do conhecimento mas a “*revolução permanente*” de que fala Karl Popper<sup>96</sup>. Ou seja que a ciência só avança de *problemas* (velhos) para *problemas* (novos), operando numa constelação multi e interdisciplinar que singra pelo caminho espinhoso da dúvida e da precariedade, mas que tem sempre no horizonte a ideia da sua utilidade humanista sem as vãs pretensões de ser uma *ciência dura* que exclui a incerteza...

### **Parede, 1 de Maio de 2010.**

---

Com efeito, o “*critério de demarcação*” de Karl Popper (autor constantemente chamado à colação – impropriamente a meu ver – por esses mesmo neoliberais), marca a distinção entre o que “é científico” e o que “não é científico”. O que é científico é o que é *refutável* (K. Popper utiliza o conceito de “falsificável”), e será tanto mais científico quanto maior for o seu conteúdo empírico e mais refutável puder ser. Quando o resultado empírico não confirma a teoria (ou melhor: a hipótese) esta tem impreterivelmente de ser revista (depois de, bem entendido, preenchidas as condições de severos protocolos metodológicos) ou abandonada.

Ora as teses neoliberais foram muitas vezes confrontadas com a sua refutação empírica (projecções que se revelaram erróneas, crises não previstas ou contrárias aos pressupostos enunciados em nome da “ciência”, falsas previsões como as que fizeram dois prémios “Nobel” que iam levando o sistema bancário americano à bancarrota, etc.). Apesar desses constantes dissabores, os teóricos reagiram sempre de maneira contrária à que Popper preconizava, quer dizer ou negando a realidade ou elaborando hipóteses *ad hoc* afirmativas e sentenciosas. Um pouco como se dissessem que se há erro, esse erro não é da *teoria* mas da *realidade*, num curioso retorno à velha teologia do século XIII. Essa atitude a que alguns não hesitam em chamar de “obscurantista”, ilustra a constância axiomática das correntes (nem todas) do neoliberalismo, que continuam a prevalecer mesmo depois de 2008 (daí a persistência, em plena crise, dos bónus ridículos na alta finança), como se a crise fosse um incidente pontual e passageiro que nada teve a ver com os modelos postos em prática por essas teorias. E, neste momento em que se escrevem estas linhas, continuam a persistir apesar dos gritos de alarme de muitos cientistas sociais de todos os quadrantes ideológicos...

<sup>96</sup> Quanto a este ponto, o professor Hermínio Martins da Universidade de Oxford, a quem dei a ler previamente este artigo, comenta que sobre a «dicotomia entre a acumulação linear e revolução permanente» há anos que o modelo kuhniano da alternância de fases longas de ciência normal e de fases curtas de ciência revolucionária tem exercido um grande fascínio (por analogia também o modelo do equilíbrio pontuado de S.J. Gould e Niels Eldrege, por sua vez muito em dívida com o historiador F.J. Teggart nos anos 20). Simpatizo com a sua simpatia com o modelo de revolução permanente, embora do meu ponto de vista as ciências sociais deveriam ficar satisfeitas com uma espécie de pluralismo irreduzível, mas sempre renovado, de perspectivas fundamentais sem resolução final e só com superações ou progressos parciais (uma boa parte do tempo com *retrogressos* e perdas de *insights*, mais ou menos regulares, seguidas de recuperações e reapreciações em que a história das ideias, o pensamento dos grandes, conta mais, muito mais, nas ciências sociais do que nas ciências naturais, pelo menos até os obscurantistas gestores das universidades puderem arrasar a história do pensamento».

Cf. Correspondência particular do professor Hermínio Martins com o signatário.